



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012039-75.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **ANTONIO PEREIRA LEMOS**  
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de tutela antecipada, proposta por **Antônio Pereira Lemos** contra o **Estado de São Paulo**, sob o fundamento de que é idoso (nasc. 19/01/1935), padece de Mal de Alzheimer e, em consequência, precisa, por tempo indeterminado, dos medicamentos Memantina 10 mg e Quetiapina 100 mg que não integram listagem padronizada do Sistema Único de Saúde. Sustenta que a doença não tem sido devidamente tratada, o que pode lhe causar danos irreversíveis e, para isso, precisa dos medicamentos prescritos, mas, por ser hipossuficiente economicamente, não pode adquiri-los sem ter a sua subsistência prejudicada.

Documentos acostados às fls. 9-16/21/33-35.

A antecipação da tutela foi deferida às fls. 17-19.

O pedido de sequestro foi feito, em vista do não fornecimento do fármaco (fl.32). Intimada (fl. 41), a Fazenda Pública do Estado de São Paulo comunicou a disponibilidade do fármaco para retirada (fl. 43), seguida por comunicação de recebimento (fl.53).

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação às fls. 57-62. Alega, em resumo, que os medicamentos não estão incluídos em programas do SUS, mas há o fornecimento de outros fármacos análogos, pela Assistência Farmacêutica do Estado de São Paulo, sendo que a escolha particularizada inviabiliza a consecução de planejamento futuro da saúde pública e não haveria prova da extrema relevância dos medicamentos pleiteados. Além disso, o fornecimento deveria ser por princípio ativo ou genérico e não marca específica.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Houve réplica (fls. 67-73), na qual o autor argumenta que: o profissional que lhe assiste ponderou sobre a necessidade dos fármacos pleiteados, de princípio ativo diverso e mais potente que os itens da lista padronizada; a padronização desconsidera peculiaridades dos quadros clínicos; não postula medicamentos de marca comercial específica e sim medicamento com características e princípios ativos que o médico julgou mais conveniente; somente o profissional médico pode indicar o tratamento conveniente ao paciente; a troca seria leviana, pois não há estudos de bioequivalência e intercambialidade entre os fármacos.

O Ministério Público manifestou-se às fls. 79-82, pela procedência da ação.

### **É O RELATÓRIO.**

### **FUNDAMENTO E DECIDO.**

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 330, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

O pedido merece acolhimento.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional. Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito como o direito à saúde se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, o autor demonstrou, como já visto, que não possui condições



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

financeiras para arcar com os custos dos medicamentos, tanto que assistido pela Defensoria Pública e, ainda que assim não se entendesse, tem-se que é idoso (fl. 12), e o Estatuto do Idoso, que lhe garante atenção integral à saúde, não impôs, exceto a idade, nenhuma condicionante ao reconhecimento do seu direito.

Ressalte-se, ainda, que a necessidade dos medicamentos pleiteados foi atestada por médica conveniada à rede pública de saúde (fls. 12-13). Assim, não cabe ao Estado estabelecer qual medicamento ou tratamento é apropriado para o caso do autor, mas sim quem o assiste e acompanha as particularidades do seu caso. Ademais, o fato dos medicamentos não fazerem parte de lista oficial não obsta o fornecimento público, pois é necessário que se garanta vida digna ao idoso, que não pode sofrer as consequências do lento processo burocrático estatal de listagem e padronização.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, para fornecimento contínuo e por tempo indeterminado dos fármacos **Memantina 10 mg** e **Quetiapina 100 mg**, devendo o autor apresentar relatório médico a cada seis meses, a fim de confirmar a necessidade de continuidade do tratamento, bem como as receitas médicas, sempre que solicitado.

Não há condenação em honorários com relação ao Estado de São Paulo, pelo fato de o autor ser assistido pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação da Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

**P.R.I.C**

São Carlos, 02 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**